

Ação cultural digital nos arquivos públicos das capitais da região Nordeste do Brasil

Ana Cássia Soares Teixeira¹

<https://orcid.org/0009-0004-6843-9543>

Manuela Eugênio Maia¹

<https://orcid.org/0000-0003-4000-4244>

¹ Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Resumo: As ações culturais em âmbito editorial, educativo e de difusão cultural poderiam ocorrer de modo virtual, ampliando o seu escopo quanto ao seu papel social, educacional e cultural no tocante à função arquivística. Essa investigação teve como objetivo geral analisar os serviços de ação cultural digital nos arquivos públicos das capitais, localizados na região nordeste do Brasil. A pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Foram analisados sessenta sites de instituições arquivísticas localizadas nas nove capitais do Nordeste brasileiro, que constam no Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos e no Diretório Brasil de Arquivos. A coleta de dados foi acrescida de levantamento de bibliografia na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e no *GoogleScholar* e de questionário aplicado às instituições via *GoogleForms*. Por meio desse levantamento, foram gerados um quadro e vários gráficos, analisados com base na leitura e na interpretação de literatura especializada. Como resultados, observou-se que os arquivos investigados, em sua maioria, não trabalham com atividades voltadas para ações culturais digitais; apenas dezoito instituições, mesmo com a pós-pandemia. Sem dúvida, a internet foi uma ferramenta importante neste período como forma de comunicação. Contudo, os arquivos ainda se centram nas atividades de organização e de guarda, privando-os de sua natureza cultural e educacional. Constatou-se que a administração necessita implementar estratégias quanto ao uso da tecnologia em instituições arquivísticas em prol da difusão dos acervos e da promoção do conhecimento, através dos sites das instituições arquivísticas. Conclui-se que a ação cultural digital pode ser usada como ferramenta para garantir a popularização e o acesso ao patrimônio documental dos arquivos para a relevância dos serviços de difusão. A falta de execução dessas políticas na prática arquivística, mesmo depois de um período pós-pandemia, demonstra a necessidade dos gestores públicos em revisar suas ações, sugerindo aos arquivos estudados o uso do software *Access to Memory* como plataforma de acesso e de difusão/transparência ativa.

Palavras-chave: ação cultural digital; difusão cultural digital; região Nordeste; arquivo público

1 Introdução

Observando o cenário atual, é perceptível o quanto a sociedade tem buscado cada vez mais a informação para diferentes objetivos a fim de produzir pesquisa científica, no auxílio do trabalho, na construção da sua identidade ou na comunicação. Em virtude do consumo de informação, é necessário pensar o arquivo como uma fonte relevante, que necessita de uma percepção de todos nós profissionais frente ao acervo arquivístico junto à instituição, no sentido de tornar os seus acervos visíveis à sociedade não apenas para um usuário específico, mas com o objetivo de abranger um público geral. Dessa forma, o arquivo pode difundir, por meio de ações e de ferramentas que possibilitam a disseminação dos seus serviços como fonte de difusão editorial, cultural e educativa, esses documentos, ampliando o seu papel para além de lugar de guarda.

A definição de arquivo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, “[...] é um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). Assim, os arquivos são organismos vivos que dispõem de uma riqueza informacional, compostos por documentos que contam a história de uma determinada sociedade criada com base em diferentes épocas e suportes, passíveis de exploração como fonte de pesquisa. Com isso, é necessária a compreensão sobre a importância da ação cultural dos arquivos para a sociedade.

No Brasil, a Lei Federal nº 8.159/1991, também nominada de Lei dos Arquivos, passa por revisão legal, sendo um dos marcos importantes na área da Arquivologia. Ela estabelece aos poderes públicos e privados o dever de fazer a gestão documental e a conservação dos documentos, desde o seu valor primário para fins administrativos e, em seguida, pelo seu valor secundário para fins de memória (Brasil, 1991).

Pode-se encontrar nos arquivos permanentes todo e qualquer documento que cumpriu seu valor com finalidades administrativas e, devido ao seu valor histórico, é recolhido e preservado, a fim de manter a memória da instituição ou da sociedade.

Desta forma, nos arquivos permanentes, cujo escopo se amplia como agente de memória, há uma vasta quantidade de documentos que servem como fonte de informação. Para Cabral (2012, p. 36-37), “[...] há várias atividades possíveis de ações culturais em instituições arquivísticas, para o público, atraindo-o de forma que compreenda o arquivo como espaço de coleta, de preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos e de lazer cultural”. Portanto, pode-se afirmar que a difusão, ou melhor esclarecendo, a ação cultural é uma das funções arquivísticas. Corroborando, de acordo com Carvalho (2021, p. 24), “[...] as ações e políticas de difusão adotadas por uma instituição são fundamentais para garantir que o patrimônio documental de um arquivo público tenha amplo alcance na comunidade em que o arquivo público está inserido”.

Neste sentido, faz-se necessário compreender a importância das ações culturais em âmbito editorial, educativo e de difusão cultural dentro das unidades de informação e que esses espaços sejam visitados virtualmente e, assim, cumpram o seu papel social, educacional e cultural.

Com a pandemia da covid-19, novas formas de relações sociais passaram a existir. Em março de 2020, com a chegada do corona vírus ao Brasil, foram adotadas mudanças recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a proliferação da doença nos ambientes de interação, entre elas, a quarentena e o distanciamento social. Devido às medidas restritivas e preventivas, os espaços físicos foram fechados e as pessoas passaram a modificar as suas rotinas de trabalho, de estudo e de lazer, adaptando-se a uma nova realidade, como aulas remotas; e o trabalho em formato *home office* (Maia *et al.*, 2023). Assim, a inclusão das tecnologias foi de suma importância nesse período, pois possibilitou um leque de recursos digitais. Fundamentadas nesse contexto pandêmico, as instituições contemporâneas precisaram estar à frente interagindo com seus usuários não apenas com visitas presenciais, mas inovando

por meio da comunicação e da interação pelas ferramentas tecnológicas vivenciadas pela sociedade; a internet se tornou ponte fundamental entre o acervo arquivístico e a sociedade (Maia *et al.*, 2021).

As ações culturais digitais foram impulsionadas nas unidades de informação, o que incluem os arquivos, em função das demandas reais em um período pandêmico, a exemplo de algumas instituições brasileiras como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, que guarda parte da história do estado de Pernambuco, disponibilizando virtualmente documentos como mapas, leis, jornais, livros e manuscritos. Também encontramos serviços culturais digitais no Arquivo Público do Estado do Piauí, composto em seu acervo de documentos dos Séculos XVIII e XIX e de arquivos permanentes dos poderes judiciário e legislativo, periódicos, fotografias e livros.

Por meio de ações culturais, há a possibilidade de aproximação de diversos grupos sociais com as unidades de informação, resultando na importância do arquivo enquanto instituição de memória e de cultura.

Tendo em vista essa realidade da temática abordada no contexto pós-pandemia, surgiu a necessidade de provocar a seguinte problemática: quais são os serviços dos arquivos públicos, localizados nas capitais do nordeste brasileiro, que promovem ações culturais digitais?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os serviços de ação cultural digital nos arquivos públicos das capitais da região nordeste do Brasil. Como objetivos específicos, buscamos: conceituar e contextualizar as ações culturais brasileiros; tipificar os serviços inerentes a essa atividade arquivística; listar as instituições arquivísticas públicas das capitais do nordeste brasileiro que constam no Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq) e no Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq); e interpretar essa realidade nos serviços de ação cultural digital oferecidos nesses arquivos públicos.

Por fim, essa pesquisa é valiosa para a área profissional das pesquisadoras, além de contribuir para a Arquivologia acerca da temática estudada, como um incentivo a mais para atrair atenção para o tema e a sua relevância no contexto social, educacional e cultural. Consideramos a

importância da ação cultural digital nos arquivos públicos, a fim de possibilitar ampla visibilidade no seu papel social, dentro de uma sociedade cada vez mais tecnológica.

2 Metodologia

No que tange aos procedimentos metodológicos, esse trabalho foi uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa.

Segundo Araújo (2018, p. 16), a abordagem qualitativa “[...] discute, correlaciona, interpreta situações, fatos, opiniões e conclui valores através de análise coerente [...], tornando possível a compreensão e a interpretação do pesquisador mediante situações adversas”.

Segundo Brasileiro (2013, p. 45), após o pesquisador definir os fins, deve-se definir os meios de investigação. Nesse estudo, utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, usando de levantamento de coleta de dados *in loco* e não participante nos *web sites* e de questionários aplicados aos arquivos investigados, conforme aduz.

2.1 Bibliográfica

Para o levantamento bibliográfico desse estudo, realizado durante os meses de novembro e de dezembro de 2023, foram usadas referências como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dissertação, monografia, periódicos, artigos e livros. O idioma escolhido para a seleção dos textos foi a língua portuguesa, por se tratar da língua vernácula do país em que foi realizada a investigação. Os documentos selecionados devem permitir o acesso ao texto completo e o recorte temporal foi desde 2010. Uma vez estabelecidos os critérios de inclusão, constroem-se também os critérios de exclusão, a saber, foram excluídos de nossa coleta os documentos que não foram publicados em língua portuguesa, os que não estavam completos e os anteriores ao ano de 2010.

Conforme Brasileiro (2013, p. 45), o estudo bibliográfico:

[...] é o primeiro passo de quase todas as pesquisas, sendo que algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por esse meio. Ela possibilita ao pesquisador e, posteriormente, ao leitor, tomar conhecimento, por meio de fontes primárias e secundárias, das principais concepções e descobertas no tema abordado.

Nesse trabalho, foi realizada uma busca na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) com os termos “difusão cultural digital” ou “ação cultural digital” e “arquivo público” ou “arquivos públicos”, obtendo apenas uma única referência, a saber, Madruga (2018). Assim, buscamos documentos acadêmicos acerca da citada temática no *GoogleScholar*, ampliando os resultados para os seguintes autores: Abreu (2017), Araújo (2018), Barbosa e Silva (2012), Cabral (2012), Carvalho, Maia e Oliveira (2017), Carvalho (2021), Coitinho (2018), Portella (2012), Santos e Borges (2014), Silva (2022), Silva, Pinho e Queiroz (2022) e Simson (2004). Contudo, reforçamos que a questão “digital”, vinculada ao tema deste estudo, apresentou pouca expressividade na área da Arquivologia.

2.2 Documental

Por meio dos sites dos arquivos públicos analisados. A pesquisa documental se refere ao “[...] estudo realizado quando há a necessidade de análise de documentos de primeira mão, ou seja, que ainda não foram analisados, e que possam contribuir para a realização da investigação proposta” (Brasileiro, 2013, p. 46). Em nosso caso, trata-se dos documentos digitais disponibilizados em sites dos arquivos públicos das capitais nordestinas e da legislação acerca do universo arquivístico que aborda a questão das ações culturais.

2.3 Levantamento de coleta de dados *in loco* e não participante nos *web sites* dos arquivos analisados

Seleção da listagem dos arquivos públicos, localizados nas capitais nordestinas brasileiras, obtida no Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq) e no Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq). O levantamento dos serviços de ação cultural foi realizado nas seguintes cidades:

Aracaju (SE), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA), São Luís (MA) e Teresina (PI).

2.4 Questionário¹

Aplicado por meio do *GoogleForms* com onze perguntas, sendo quatro abertas, três fechadas e quatro mistas, encaminhadas por e-mail na data de cinco de dezembro de 2023, finalizando a coleta das respostas no dia oito de janeiro de 2024.

Foram investigadas sessenta instituições arquivísticas públicas, localizadas nas capitais nordestinas brasileiras, das quais recolhemos informações junto ao Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq), vinculado ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), e ao Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq), vinculado ao Arquivo Nacional (AN). O questionário não permite ao respondente que corrija ou reveja as suas respostas.

Do universo das instituições arquivísticas brasileiras, nossa amostra foi formada pelas instituições arquivísticas localizadas nas capitais nordestinas brasileiras, optando por selecionar as informações disponíveis no Codearq do Conarq (2024a) e no Dibrarq do Arquivo Nacional (2024).

Nesses cadastros, encontramos informações sobre instituições públicas e privadas e sobre arquivos das capitais e dos municípios interioranos brasileiros que guardam e preservam documentos arquivísticos em cada unidade federativa do país.

A análise dos resultados foi realizada por meio da leitura e da interpretação do tema estudado, a saber, os serviços arquivísticos que envolvam ações culturais em âmbito digital acerca da realidade dos arquivos das capitais nordestinas do Brasil. Uma a uma, realizamos o levantamento dos contatos (e-mail, telefones e redes sociais) e dos sites disponíveis acerca dos serviços de ação cultural digital oferecido por meio da descrição em forma de quadro. Verificando a incipiência dessas informações, aplicamos o questionário já descrito.

A análise dos resultados foi realizada por meio da leitura e da interpretação do tema estudado, a saber, os serviços arquivísticos que envolvam ações culturais em âmbito digital, e pela tabulação dos dados encontrados na realidade dos arquivos das capitais nordestinas do Brasil.

3 Ação cultural nos arquivos

O uso da internet e os meios de comunicação utilizados atualmente pela sociedade podem também operar como forma de ação cultural pelas unidades de informação para auxiliarem na visibilidade do arquivo. O seu uso pode ser mecanismo fundamental para atrair usuários. Com isso, é possível que o arquivo seja visto para além de local de guarda, servindo também para fomentar o seu papel social como fonte rica de conhecimento tanto cultural e pedagógico (ou educativo). É importante ressaltar que: “[...] outro fator importante que a internet e a difusão facilitam o acesso remoto ao acervo ou, ao menos, as informações sobre o acervo” (Carvalho, 2021, p. 28).

Conforme Simson (2004, p. 14), a memória é: “[...] a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, texto etc.)”. A autora enfatiza a importância dos guardiões da memória, que existiam no passado, mas ainda estão presentes em algumas culturas, como na África, por exemplo, em que é delegado aos mais velhos o dever de transmitir às novas gerações as experiências e vivências fundamentais para seu grupo. Assim, são denominados como a sociedade da memória.

Atualmente, esse papel social é feito pelas instituições, que são os museus, os arquivos, as bibliotecas e os centros de memória como ressalta Simson (2004, p. 16): “[...] esse enorme volume de informações, nessas novas sociedades do esquecimento, instituições especialmente voltadas ao trabalho de coleta, seleção, organização, guarda, manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais”.

A presença dos arquivos, das bibliotecas e dos museus são de suma relevância na construção social, política e cultural de uma sociedade, pois, nessas unidades de informação, é possível encontrar um leque de memórias

construídas ao longo da história. Sobre as unidades de informação citadas, os autores Silva, Pinho e Queiroz (2022) ressaltam que possuem funções orgânicas distintas, mas se assemelham no seu objetivo final: o de disponibilizar a informação para ser utilizada pelo usuário. Com isso, cumprem com o seu papel social. Corroborando Barros (2020, p. 69), a difusão, em particular nos arquivos, é qualquer atividade que promova, divulgue, engaje e informe “[...] a comunicação de usuários e potenciais usuários de uma instituição arquivística”.

O arquivo tem como função guardar os documentos, tornando disponíveis as informações mantidas sob a sua guarda, como discorre Carvalho (2021, p. 23):

[...] o arquivo possui diversas funções que visam preservar e dar acesso aos documentos, para tanto, conta com suas ações de criação, de aquisição, de classificação, de avaliação, de descrição, de conservação e de difusão, de forma que os documentos possam ser preservados e consultados sem dificuldades.

Rockembach (2015, p. 102) complementa que a difusão “[...] deve fazer parte de um programa de gestão da informação”, constituído por três interfaces: (1) criação, difusão e acesso, (2) classificação e recuperação da informação e (3) proteção e conservação. Melhor dizendo, as ferramentas de gestão visam à promoção do acesso; “[...] todo o processamento técnico em arquivo pode levar a uma ação de acesso” (Barros, 2020, p. 69).

Os arquivos permanentes são os custodiadores dos documentos que já cumpriram seu papel administrativo, ou seja, devido ao seu valor histórico, são mantidos sob sua guarda. Assim, servem de apoio à cultura como fonte importante de pesquisa e contribuem para o desenvolvimento educativo e social. Conforme nos apresenta Abreu (2017, p. 8):

[...] outra função dos arquivos permanentes são os serviços educativos e de difusão cultural. Embora tidos como secundários, são eles que dão caráter social ao arquivo. Difusão cultural em arquivos nada mais é que a disseminação das informações contidas nele, visando atrair mais usuários.

Com base na premissa de que a ação cultural é uma função arquivística e é parte final da função dos arquivos, Carvalho (2021) pontua que é fundamental

ressaltar que todas as ações e as políticas adotadas pelas instituições que custodiam os documentos são válidas para o amplo acesso e alcance sobre seu acervo. Sobre o arquivo como um espaço de ação cultural, Bellotto (1991, p. 228) ressalta que:

[...] cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo.

Devido às novas formas de interação e de comunicação na contemporaneidade, a internet é uma ferramenta que pode servir como ponte que aproxima instituição e novos usuários. Conforme Carvalho (2021, p. 55):

[...] dessa forma, além de disponibilizar os documentos e recursos informacionais e ser a principal ferramenta de gestão de documentos do Estado, o arquivo se torna também responsável por realizar essa aproximação do cidadão com a instituição e a melhor maneira de alcançar tal objetivo é através da difusão. Um arquivo, para ser valorizado, precisa antes ser conhecido e, atualmente, a internet é o meio mais fácil e acessível de divulgar uma instituição.

Assim como foi usada para diferentes contextos no período de isolamento social em virtude da pandemia, como, por exemplo, na área da educação, que passou a se adequar à nova realidade com as aulas remotas, “[...] o uso de plataformas digitais mediante o uso do GoogleSala de Aula, [substitui], temporariamente, as aulas e o contato presenciais” (Maia *et al.*, 2021, p. 204), os arquivos também foram estimulados a reorganizarem as suas práticas.

Segundo Bellotto (1991, p. 246-247), os serviços de ação cultural que situam os arquivos como ambientes sociais são:

- a) “serviços editoriais”, que constituem as publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários;
- b) “difusão cultural”, serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras;

- c) “serviços educativos”, que visam tornar o arquivo um espaço de extensão educativa, por meio de oficinas, visitas, cursos e atividades congêneres.

Quanto às atividades que fazem parte das ações culturais, segundo Barbosa e Silva (2012, p. 45-47), estão a:

[...] publicação de livros, periódicos, conteúdo de internet, exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. Os arquivos têm desenvolvido ações educativas e culturais como palestras, congressos, exposições entre outros.

Porém, para Cabral (2012, p. 35), essa soma de ações realizadas pelas instituições precisa ser feita constantemente e não apenas em uma eventualidade, mas que seja “implementada como um programa sistemático”, visando a atrair o interesse às unidades de informação, criando uma ponte com a finalidade de aproximar o público em geral. Essas ações são de suma importância para o arquivo enquanto instituição, pois por meio dessas atividades é desempenhada a sua função social, que ainda é pouco explorada aqui no Brasil.

A Lei Federal nº 8.159/1991, que trata da política nacional dos arquivos públicos e privados, determina a obrigação do poder público fazer a gestão documental e a sua preservação, a fim de servir à administração e ao patrimônio cultural do país. De acordo com essa Lei Federal, são considerados arquivos públicos “[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias” (Brasil, 1991). Complementando, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), a saber, também nominada por Lei de Acesso à Informação (LAI), cumpre papel significativo quanto ao seu acesso e à sua divulgação em entidades públicas. Em seu Art. 3º, os procedimentos que:

[...] destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os

princípios básicos da administração pública, [precisam conter] as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública (Brasil, 2011).

Os arquivistas, para além de guardar os documentos, são os profissionais responsáveis por disponibilizá-los, exercendo um papel significativo nas ações no âmbito cultural. Coitinho (2018) ressalta em sua obra que não basta apenas disponibilizar os documentos sem uma preocupação com a ação cultural dessas informações. A autora enfatiza que:

[...] estabelecer ações educativas e de difusão cultural deve ser uma das preocupações essenciais de uma instituição de arquivo, da qual trata a Constituição ao estabelecer que é dever do Estado promover os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à pesquisa (Coitinho, 2018, p. 9).

Sobre as novas realidades no universo digital, Araújo (2018, p. 15) afirma que:

[...] pensando no cenário pós-custodial no qual a Arquivística está inserida, a difusão em arquivos, principalmente agora com os documentos digitais, necessita de três componentes principais: usuários, conteúdo (acervo) e por fim as novas tecnologias, aliando esses três componentes às iniciativas de políticas arquivísticas por parte das instituições públicas, tem-se um cenário em construção, embasado na era da informação.

Desta forma, tanto a instituição quanto os profissionais à frente dos arquivos precisam estar conscientes das novas realidades contemporâneas e, principalmente, com os novos meios de registro e de interação. Contrariando a realidade, segundo Barros (2020, p. 73), no Brasil, a preocupação literária nacional envolve “o direito ao acesso aos documentos do que com a difusão”. Algo que necessita ser refletido e que as ações culturais digitais, em consonância

com Portella (2012, p. 31), precisam ser orientadas para a difusão de acervos em ambiente virtual, contribuindo:

[...] para o processo de transferência de informação, conferindo maior visibilidade aos fundos documentais e aos serviços prestados pela instituição. Entre as formas de difusão disponíveis na Internet há a utilização de mídias sociais, as quais são ferramentas de comunicação de uso gratuito e de fácil entendimento. Porém, o uso dessas ferramentas como forma de difusão de arquivos deve ser planejado cuidadosamente, estabelecendo objetivos claros para garantir a eficácia do conteúdo disponibilizado.

No Brasil, os arquivos públicos realizam ações de difusão cultural, editorial e educativa, tanto em eventos presenciais quanto por meios digitais, tema abordado por essa pesquisa. Conforme Coitinho (2018, p. 17):

[...] no ano de 2016, o Arquivo Nacional realizou pouco mais de quarenta mil atendimentos e recebeu cerca de dez mil visitas presenciais em ações de difusão do acervo, como visitas às exposições em sua sede, em exposições itinerantes e em visitas técnicas ao órgão. O acesso aos endereços eletrônicos institucionais do Arquivo Nacional recebeu quase três milhões de visitas ao longo daquele ano. Isso mostra o potencial crescente da Internet como um meio do cidadão chegar ao Arquivo Nacional e buscar informações.

A autora afirma que: “[...] o Arquivo Nacional vem fazendo um uso crescente de todas as redes sociais disponíveis para que possa divulgar o seu acervo e aproximar o público do acervo arquivístico disponível na instituição, seja o pesquisador ou o cidadão comum” (Coitinho, 2018, p. 11). Esses números se multiplicaram desde 2016, tendo em vista que as implementações acerca da ação cultural e as realizações das atividades presenciais e também a utilização da internet possibilitaram essa aproximação do público com o arquivo. Outro ponto importante que autora pontua em sua pesquisa, são as exposições virtuais feitas pelo Arquivo Nacional, que qualquer usuário pode ter acesso mesmo não estando geograficamente próximo.

Por isso, é necessário compreender a importância da ação cultural digital em suas ações realizadas nos arquivos com o objetivo de torná-lo visível e, por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), criar interações com a sociedade, atingindo um alvo maior de busca por meio das ferramentas digitais. Pois, em consonância com Barros (2020, p. 76), três ações

são fundamentais no cumprimento do arquivos públicos: “[...] educar seu público, conhecê-lo e garantir que tenha direito ao acesso”. E, complementando, o referido pesquisador diz: “[...] os processos de difusão e acesso lidam com o que existe de mais sensível na missão dos arquivos no cumprimento de servir à sociedade e dar acesso aos conjuntos documentais” (Barros, 2020, p. 80).

4 Ações culturais digitais no Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos e no Diretório Brasil de Arquivos

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq, 2024b), criado por meio da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Tem como finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), o qual estabelece orientações como normativos, decretos e resoluções no âmbito das práticas arquivísticas no que diz respeito à gestão e preservação de documentos dos arquivos no Brasil. Também desenvolve ações técnico-científicas, como seminários, oficinas, workshops e cursos, além de servir como fonte de informação no que tange aos arquivos. Suas publicações técnicas são referência no território nacional e na América Latina (Brasil, 1991).

Quanto aos serviços que compõem o Conarq (2024b), estão:

- a) Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq): cadastro com todas as instituições que possuem acervos arquivístico e recebem um código em consonância com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade);
- b) consulta as entidades custodadoras de acervos arquivísticos cadastradas: local onde se encontram informações das instituições cadastradas no Codearq, a saber, nome da instituição, endereço, telefone, e-mail, ano de criação, vinculação administrativa, caracterização do acervo e condições de acesso aos documentos;
- c) declaração de interesse público e social: local referente aos arquivos privados, pessoais ou institucionais que declararam seus acervos documentais de interesse público e social;

d) denúncia de situações de descasos, roubos e comercialização de documentos públicos através de leilões: local onde o usuário preenche os dados em relação à denúncia, caso não queira se identificar pode ser de forma anônima.

Já o Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq), mantido pelo Arquivo Nacional, é uma base de dados com informações sobre pessoas e instituições que guardam e preservam acervos arquivísticos em todo o Brasil (Arquivo Nacional, 2024). Entre os seus serviços, destacamos o de fornecer ao público geral informações descritivas sobre todas as entidades custodiadoras que possuem cadastro de Codearq junto ao Conarq e também os acervos das entidades custodiadoras que integram a Rede Dibrarq, a nível de fundo/coleção.

Esse levantamento foi realizado entre os dias três e oito de novembro de 2023; utilizamo-nos dos dados disponibilizados no Codearq e, diante da incompletude das informações deste cadastro, complementamos com os dados do Dibrarq; em ambos, constam cadastradas as entidades custodiadoras de acervos arquivísticos por meio dos sites dos Conarq (2024a) e do Arquivo Nacional (2024), respectivamente. Nesses sites, estão disponibilizadas as informações das instituições cadastradas referentes aos seus acervos, reunidos em seu respectivo estado da federação. O cadastro de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos foi instituído pela Resolução nº 28 do Conselho Nacional de Arquivos, publicada em dezessete de fevereiro de 2009; o Diretório Brasil de Arquivos surgiu mediante diversos projetos do Arquivo Nacional junto com outras entidades com o intuito de divulgar informações sobre seus acervos, formando parceria.

No Quadro 1, seguem as sessenta unidades federativas públicas, localizadas nas capitais do Nordeste cadastradas no Codearq e no Dibrarq:

Quadro 1 - Cadastro de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos e do Diretório Brasil de Arquivos das capitais nordestinas brasileiras

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)		
Entidade custodiadora	Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
01	Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas E-mail: arquivocentral.ufal@gmail.com	Não possui site; Não respondeu ao questionário
02	Arquivo Público de Alagoas http://arquivopublico.al.gov.br/ E-mail: alarquivopublico@gmail.com	Não respondeu ao questionário; Exposição fotográfica, catálogos, divulgação de projetos, educação patrimonial
03	Instituto Federal de Alagoas https://www2.ifal.edu.br/ E-mail: arquivo@ifal.edu.br protocolo@ifal.edu.br Instagram: https://www.instagram.com/ifal.oficial/ Facebook: http://facebook.com/ifal.oficial Twitter: https://twitter.com/ifal_oficial Youtube: https://www.youtube.com/channel/UC6MCJM2Pg-3YH7H-79fdwsg	O arquivo não oferece serviço de ação cultural
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Bahia, Salvador (capital)		
04	Arquivo Histórico Municipal de Salvador http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/ E-mail: arquivo@academiadeletrasdabahia.org.br	Não respondeu ao questionário; Catálogos virtuais de assuntos cadastrados
05	Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB http://www.fpc.ba.gov.br/ E-mail: apeb.fpc@fpc.ba.gov.br	Não respondeu ao questionário; Exposições virtuais, divulgação de eventos
06	Auditoria da 6ª circunscrição da justiça militar http://www.stm.jus.br/primeira-instancia/auditorias-militares *E-mail: aud6@ftm.jus.br Coleta por ligação telefônica	Não respondeu ao questionário; Exposição virtual fotográfica e livros
07	Centro de Memória da Bahia http://www.fpc.ba.gov.br E-mail: cmb.fpc@fpc.ba.gov.br	Não respondeu ao questionário; Exposições virtuais, divulgação de eventos
08	Diretoria de Artes Visuais e Multimeios http://www.dimas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=76 E-mail: cinematecadabahia@funceb.ba.gov.br	Não respondeu ao questionário; Divulgação de coleções de filmes, de roteiros e de periódicos (catálogos, boletins, e jornais)
09	Empresa Gráfica da Bahia http://www.egba.ba.gov.br/ E-mail: thiago.lopes@egba.ba.gov.br	Não respondeu ao questionário; Divulgação de publicação de livros e Diário Oficial on-line

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)			
Entidade custodiadora		Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
10	Fundação Mario Leal Ferreira	http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/ E-mail: biblioteca.fmlf@salvador.ba.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
11	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	https://www.trt5.jus.br/ E-mail: biblioteca1@trt5.jus.br	Não respondeu ao questionário; Publicações de revista
12	Tribunal Regional do Trabalho 19ª Região - Setor de Gestão documental	https://groups.google.com/a/trt19.jus.br/g/sgd?hl=pt-BR E-mail: sgd@trt19.jus.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Ceará, Fortaleza (capital)			
13	Arquivo Público do Estado do Ceará	E-mail: marcio.porto@secult.ce.gov.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
14	Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar	http://www.stm.jus.br/primeira-instancia/auditorias-militares *E-mail: aud10@stm.jus.br Coleta de dados feita por ligação telefônica	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
15	Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Ceará, Piauí e Maranhão – FETRANS	www.fetrans.org.br E-mail: centrocultural@fetrans.org.br	Não respondeu ao questionário; Catálogo de memorial fotográfico
16	Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará	https://nudochistoria.ufc.br E-mail: nudoc@ufc.br	Não respondeu ao questionário; Divulgação de projetos e de eventos
17	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	www.tre-ce.jus.br *E-mail: coapa@tre-ce.jus.br Pesquisa no Dibrarq	Não respondeu ao questionário; Oferece cursos on-line
18	Universidade Federal do Ceará	https://www.ufc.br/ *E-mail: cpad@ufc.br Pesquisa no Dibrarq	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Maranhão, São Luís (capital)			
19	Arquivo da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão	http://www.saude.ma.gov.br E-mail: arquivos@saude.ma.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)			
Entidade custodiadora		Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
20	Arquivo Judiciário Desembargador Milson de Souza Coutinho – TJMA	www.tjma.jus.br/tj/arquivo E-mail: coarquivo@tjma.jus.br	Site em manutenção; Não respondeu ao questionário
21	Arquivo Público do Estado do Maranhão	https://cultura.ma.gov.br/ E-mail: apem@cultura.ma.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
22	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	http://www.tjma.jus.br/ E-mail: biblioteca@tjma.jus.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
23	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	E-mail: sedoc@tre-ma.jus.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
24	Universidade Estadual do Maranhão	https://www.uema.br E-mail: cristianegaspar@proplad.uema.br	Cursos EAD, oficinas remotas, cursos e atividades congêneres de modo on-line e catálogos on-line
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Paraíba, João Pessoa (capital)			
25	Arquivo dos Governadores Fundação Casa de José Américo	https://fcja.pb.gov.br/ E-mail: fcja@fcja.pb.gov.br Instagram: https://www.instagram.com/fundacaocasadejose / Facebook: https://www.facebook.com/FundacaoCasaDeJoseAmerico Youtube: https://www.youtube.com/@fundacaocasadejos eamerico1277	Exposições on-line, palestras por meio do uso de lives ou de canais de transmissão como YouTube ou Facebook, visitas remotas e cursos e atividades congêneres de modo on-line
26	Arquivo Público do Estado da Paraíba	E-mail: apepbdiretoria@gmail.com	Não possui site; Não respondeu ao questionário
27	Gerência Operacional de Arquivo e Documentação da Paraíba	E-mail: apepbdiretoria@gmail.com Telefone: 55 (83) 3211-6260 (telefone desatualizado)	Não possui site; Não respondeu ao questionário
28	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos	http://www.cchla.ufpb.br/ncdh E-mail: ncdh@cchla.ufpb.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
29	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba	http://www.mte.gov.br E-mail: andreia.vieira@mte.gov.br	Não respondeu ao questionário; URL não encontrada

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)		
Entidade custodiadora	Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
30	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-documental/gestao-documental E-mail: sedoc@tre-pb.jus.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
31	Universidade Federal da Paraíba – Arquivo Central www.ufpb.br/arquivocentral E-mail: arquivocentral@reitoria.ufpb.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Pernambuco, Recife (capital)		
32	Arquivo da Faculdade de Direito do Recife https://www.ufpe.br/arquivoccj E-mail: arquivo.fdr@ufpe.br Facebook: https://www.facebook.com/arquivofdr Instagram: https://www.instagram.com/arquivo.fdr/	Exposições on-line, cursos e atividades congêneres de modo on-line e catálogos on-line
33	Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco http://www.tjpe.jus.br/judiciario/didoc/Arquivo/conceito.shtml E-mail: arquivo.geral@tjpe.jus.br	Não respondeu ao questionário; URL não encontrada
34	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano http://arquivopublico.pe.gov.br/ E-mail: apeje@casacivil.pe.gov.br	Não respondeu ao questionário; Catálogos on-line
35	Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo https://www.alepe.pe.gov.br/home/ E-mail: patrimoniohistorico@alepe.pe.gov.br	Não respondeu ao questionário; Página não encontrada
36	Auditoria da 7ª Circunscrição da Justiça Militar https://www.stm.jus.br/ *E-mail: Não consta email no cadastro Telefone: 55 (81) 3224-6230 / 55 (81) 3224-6790 (telefones desatualizados)	Não consta e-mail no cadastro; Não respondeu ao questionário Não consta no site
37	Conselho Regional de Nutricionista https://www.crn6.org.br/ E-mail: arquivo1@crn6.org.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
38	Consórcio Grande Recife de Transportes Metropolitanos www.granderecife.pe.gov.br/web/grande-recife E-mail: fittipaldi@granderecife.pe.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
39	Museu da Imagem e do Som de Pernambuco E-mail: fundarpe.dgeq@gmail.com	Não possui site; Não respondeu ao questionário

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)			
Entidade custodiadora		Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
40	Museu do Homem do Nordeste	http://www.fundaj.gov.br/index.php E-mail: estudos.munhe@fundaj.gov.br	Não respondeu ao questionário; URL não encontrada
41	Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife	https://www.ufpe.br/memoriafdr E-mail: memoria.fdr@ufpe.br	Site em manutenção; Não respondeu ao questionário
42	Secretaria da Fazenda Estadual de Pernambuco	http://www.sefaz.pe.gov.br E-mail: cesareia.sales@sefaz.pe.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
43	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	https://www.tre-pe.jus.br/ E-mail: arquivo@tre-pe.jus.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
44	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Memorial da Justiça do Trabalho	http://www.trt6.gov.br E-mail: mgs1@trt6.gov.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Piauí, Teresina (capital)			
45	Arquivo Público do Estado do Piauí	http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php E-mail: arquivopublicodopiaui@gmail.com	Não respondeu ao questionário; Exposição virtual
46	Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Piauí	E-mail: diconpi@saude.gov.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
47	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	https://www.tre-pi.jus.br/ E-mail: arq@tre-pi.jus.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
48	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	http://www.tjpi.jus.br E-mail: secretariageral@tjpi.jus.br	Não respondeu ao questionário; Exposição fotográfica
49	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região – Arquivo Geral	http://portal.trt22.gov.br E-mail: sarq@trt22.jus.br	Não respondeu ao questionário; URL não encontrada
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Rio Grande do Norte, Natal (capital)			
50	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	E-mail: arquivopublico@rn.gov.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
51	Laboratório de Imagens – LABIM	E-mail: labim_ufrn@yahoo.com.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário

Unidade federativa do nordeste brasileiro: Alagoas, Maceió (capital)			
Entidade custodiadora		Site ou rede social ou contato	Serviços de ação cultural digitais oferecidos
52	Memorial do Legislativo Potiguar	www.al.rn.gov.br/portal/memorial E-mail: memorial@al.rn.leg.br	Não respondeu ao questionário; URL não encontrada
53	Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte	http://www.mprn.mp.br/memorial/principal.asp E-mail: memorial@mprn.mp.br	O arquivo não oferece serviço de ação cultural; Página não encontrada
54	Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	https://www.trt21.jus.br/ E-mail: sgdm@trt21.jus.br	Não respondeu ao questionário; Visita virtual imersiva e acervo on-line
55	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	https://www.tre-rn.jus.br/ E-mail: sdp@tre-rn.jus.br	Não respondeu ao questionário; Não consta no site
56	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	https://sistemas.ufrn.br/portal/PT/ E-mail: arquivogeral@dgi.ufrn.br	Palestras por meio do uso de lives ou de canais de transmissão como YouTube ou Facebook, cursos e atividades congêneres de modo on-line; Página não encontrada
Unidade federativa do nordeste brasileiro: Sergipe, Aracaju (capital)			
57	Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe	http://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/content/view/100/57/ E-mail:arquivo@tjse.jus.br	Não respondeu ao questionário; Amostra virtual de documentos
58	Arquivo Público de Aracaju	E-mail: arquivopublico@aracaju.se.gov.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
59	Arquivo Público do Estado de Sergipe	E-mail: apes@educ.se.gov.br	Não possui site; Não respondeu ao questionário
60	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	http://www.tre-se.jus.br/ E-mail: sedoc@tre-se.jus.br	O arquivo não oferece serviços de ação cultural digital

Fonte: Adaptado do Arquivo Nacional (2004) e do Conarq (2024a).

Com base nesse quadro, seguimos com o envio do questionário realizado via *GoogleForms* e obtivemos os seguintes dados mediante as questões que envolvem os serviços arquivísticos, cujo foco é a promoção de ações culturais digitais.

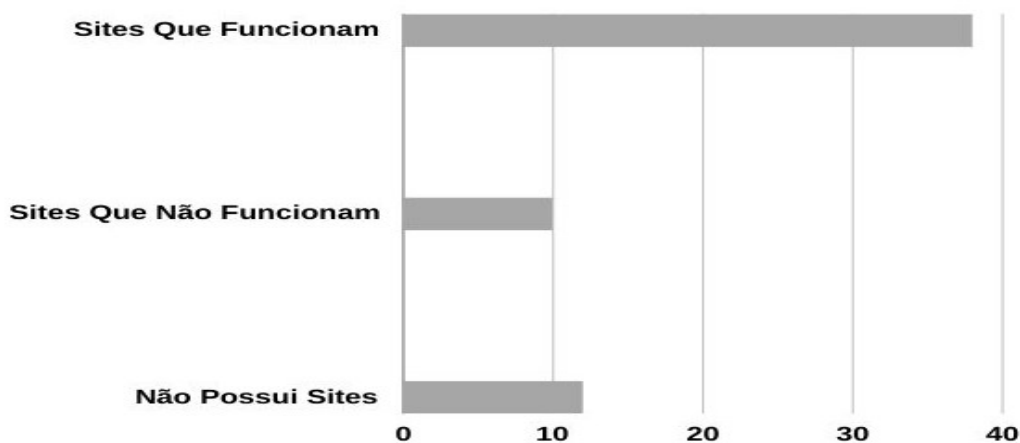
Não obstante, em função da fragilidade quanto ao retorno dos questionários, fizemos visita aos sites que constavam em ambos os cadastros. Contudo, sem a obtenção de informações quanto à promoção de serviços de ações culturais, preenchemos no quadro do seguinte modo: “Não consta no site” ou “URL não encontrada”.

Cabe ressaltar que o uso do signo “*E-mail” se refere aos arquivos em que não constava tal informação no seu cadastro do Codearq, principal referência de fonte utilizada nesta pesquisa. Dessa forma, utilizamos as informações dispostas no Dibrearq, não obtendo sucesso em qualquer um deles. Em outros casos, fizemos o contato através das ligações telefônicas.

4.1 A promoção de ações culturais digitais e seus serviços nos arquivos públicos localizados nas capitais nordestinas

Com base no Quadro 1, que trata do levantamento realizado junto ao Cadastro de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq) e do Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq) quanto aos serviços de ações culturais digitais oferecidos pelos arquivos públicos das capitais nordestinas (Brasil), obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 1 - Funcionamento dos sites analisados



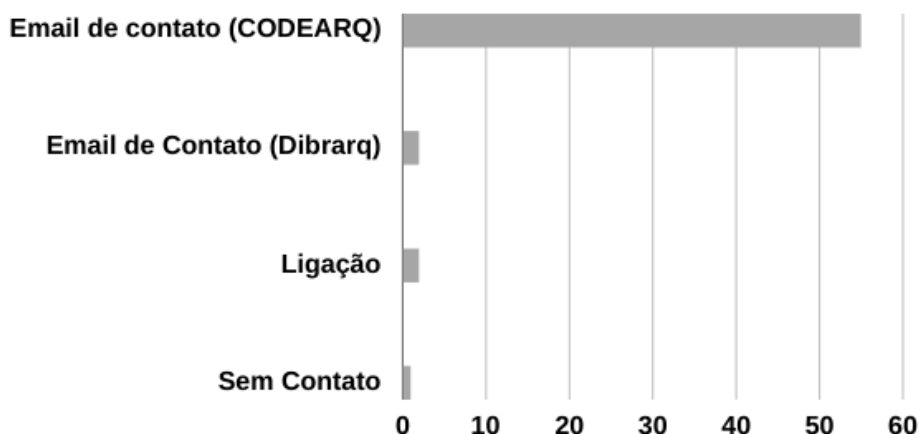
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dos sessenta arquivos visitados, verificamos a seguinte situação acerca do funcionamento dos sites: trinta e oito (63%) deles funcionam, dez (17%) não

funcionam, como, por exemplo, os sites que não constam ou URL não encontrada ou por motivo de manutenção, e doze (20%) arquivos não possuem sites.

No que se refere ao uso de canal de comunicação largamente disseminado, no caso do e-mail, obtivemos o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Comunicação com os arquivos públicos das capitais nordestinas

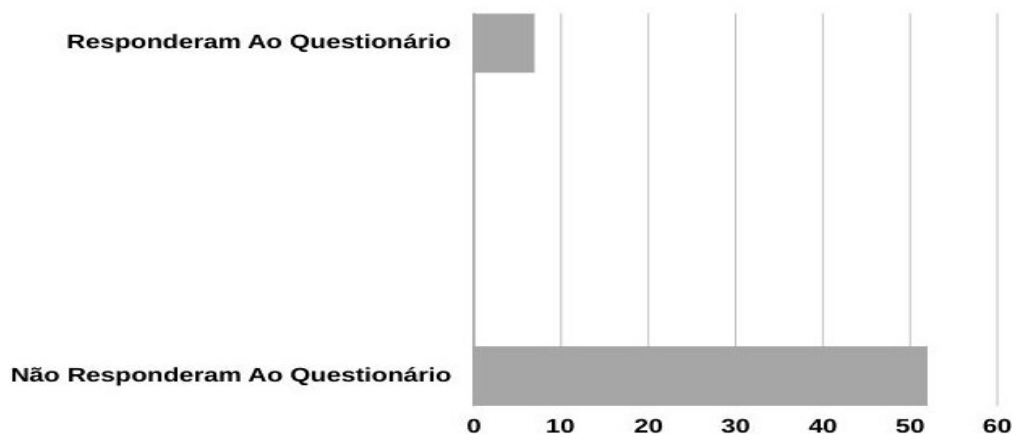


Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que se refere à comunicação entre os arquivos, três deles estavam sem e-mail em seu cadastro no Codearq e/ou no Dibrarq. O contato de dois deles se deu por ligação telefônica com êxito, e apenas um foi sem sucesso, devido aos dois telefones cadastrados estarem desatualizados (Quadro 1, item 36). Assim, cabe salientar que, em cinquenta e quatro (90%) dos arquivos, constam e-mail nos cadastros.

Cabe salientar ainda que, dos cinquenta e nove questionários encaminhados por e-mail, apenas sete (12%) responderam, conforme o Gráfico 3:

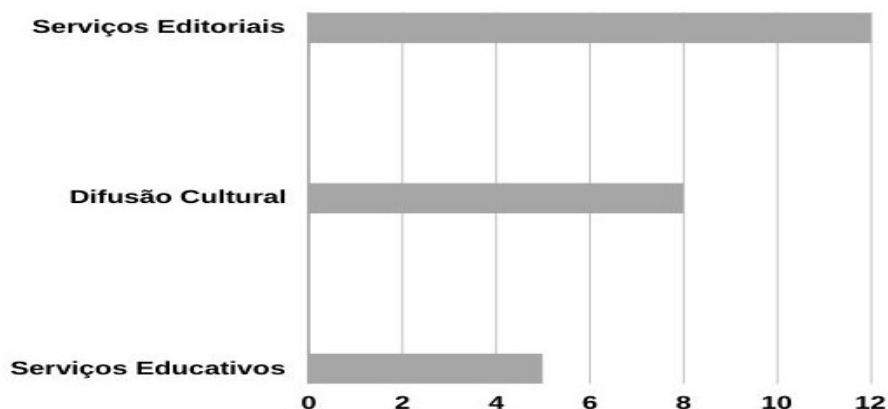
Gráfico 3 - Arquivos públicos das capitais nordestinas: respondentes e não respondentes



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nos resultados presentes no Gráfico 3, obtivemos sete (12%) arquivos respondentes e cinquenta e dois (88%) não respondentes. Mesmo sem obter resposta da totalidade dos questionários, visitamos todos os sites e em doze arquivos (ver Quadro 1) encontramos a indicação de serviços de ação cultural digital. Assim, dos sessenta arquivos públicos pesquisados que se localizam nas capitais nordestinas e estão cadastrados no Codearq e/ou Dibrarq, dezoito (30%) elencaram os seguintes serviços de ações culturais digital, conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Arquivos públicos das capitais nordestinas que possuem serviços editoriais, difusão cultural e educativos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Gráfico 4 diz respeito ao resultado dos serviços de ação cultural digital oferecidos pelos arquivos públicos nordestinos, dos quais doze trabalham os serviços editoriais, oito a difusão cultural e cinco serviços educativos em ambientes eletrônico.

Percebemos que os arquivos públicos, localizados nas capitais nordestinas, em sua maioria, não trabalham com atividades voltadas para ações culturais digitais, mesmo com a pós-pandemia, em que houve um largo uso das atividades on-line. Mesmo com ferramentas múltiplas, que a internet e as TDIC oportunizam, os arquivos ainda se centram, supomos, nas atividades de organização e de guarda, privando os arquivos de sua natureza cultural e social (Madruga, 2018).

Nessa direção, atualizamos Bellotto (1991) acerca das ações culturais em ambiente digital. Incluímos, nessa atualização, nossa análise acerca do levantamento realizado nas sessenta instituições arquivísticas públicas localizadas nas capitais nordestinas, foco dessa pesquisa, considerando, sobretudo, a exígua literatura nessa área.

Numa vertente arquivística emergente, segundo Rockembach (2015, p. 105) nominada de pós-custodial, “[...] a difusão é algo complexo que envolve uma série de fatores e áreas de estudo”. Seguindo tal perspectiva, Rockembach (2015, p. 105) acrescenta que é fundamental “[...] três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação”.

Assim, percebendo o arquivista como agente de criação, explorando o espaço do arquivo com criatividade, com imaginação e com inclusão cultural, apropriando-se das TDIC e de seus recursos computacionais, que oferecem uma possibilidade infinita de softwares capaz de manipular símbolos e materiais gráficos, de criar sons e imagens, de digitalizar múltiplos tipos de textos e de construir ambientes virtuais de consulta e de pesquisa. Para Barbosa e Silva (2012), Barros (2020), Cabral (2012), Coitinho (2018), Rockembach (2015, 2020), Madruga (2018), Souza e Flores (2020) e Portella (2012), as ações

culturais digitais podem ser categorizadas em função dos produtos e dos serviços:

- a) info-editoriais: trata-se das publicações on-line como guias, catálogos e inventários digitais, oriundas das fontes de informação primárias dos arquivos. Inclui também os serviços de digitalização de tais fontes, oriundos de solicitações pontuais dos usuários por meio de e-mail ou da caixa de contatos disponíveis nos sites. Também faz parte a troca de informações via chats e sala de bate-papos e a implementação do software *Access to Memory* (AtoM), plataforma de acesso e de difusão/transparência ativa. Souza e Flores (2020) apontam também o necessário uso de interações com usuários por meio dos Dados Abertos Interligados (*Linked Open Data – LOD*) nas descrições dos arquivos, permitindo a visualização dos documentos durante à navegação na Internet. Os LOD são associados à websemântica, o que permite a extração por meio dos dados publicados em formato *Resource Description Framework* (RDF), modelo de dados para metadados. Entre seus benefícios, os LOD criam “descrições arquivísticas com dados existentes ao mesmo tempo em que enriquece a rede como um todo e integra informações entre arquivos”, além de permitir a interoperabilidade entre as distintas ferramentas dos sistemas arquivísticos (Souza; Flores, 2020, p. 60). Acrescentamos a construção nas *homepage* de repositórios, ou seja, a guarda de documentos para o acesso à pesquisa de materiais informacionais produzidos pelo e sobre o arquivo como livros, periódicos e trabalhos de conclusão de curso;
- b) de difusão cultural e tecno-educativa: visando à promoção e à construção do conhecimento, alavancando os processos de criação. Elencamos atividades como exposições virtuais e webnários (palestras e congressos on-line), com temas vinculados ao acervo ou ao lançamento de livros por meio de plataformas digitais como os canais do *YouTube*, *Facebook* ou *Instagram*. Nessa direção, compõem essa categoria a criação e a difusão dos serviços e dos produtos por meio da redes sociais.

Rockembach (2020) apresenta dados acerca da mudança do comportamento informacional dos usuários de arquivo no últimos vinte anos, corroborando nossa discussão acerca do tema em tela. O citado autor aponta para o uso das instituições arquivísticas dos ambientes digital na:

[...] coleta de dados com o uso de plataformas digitais ou aplicativos móveis, [...] que podem ser coletados tanto na pesquisa por conteúdo dos acervos, perfis dos usuários e informações fornecidos [...], como pelo uso de diferentes serviços que podem ser oferecidos pelos arquivos. Além disso, os dados podem ser analisados pelas redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube, entre outras) dos perfis ou páginas das instituições, [fornecendo] importantes informações sobre os usuários [e, assim, promover a interatividade] (Rockembach, 2020, p. 108).

Também corresponde a essa categoria à sua dimensão política e seu caráter transformador, reforçando o papel dos arquivos e seus aspectos tecnológicos. Essa categoria envolve a relação entre o arquivo e os seus usuários e inclui atividades como cursos e oficinas pedagógicas on-line, aulas por vídeo conferência, visitas monitoradas virtualmente, jogos pedagógicos com o uso de ferramentas multimídias. Rockembach (2020) defende a coleta, o processamento e o armazenamento de grande volume de dados em ambientes digitais, *big data*, automatizando os formatos de arquivos aplicados aos métodos computacionais em larga escala, acarretando implicações nas demais funções arquivísticas.

Podemos asseverar, ainda, que a administração deve implementar estratégias para oportunizar a aproximação entre instituição arquivística e o público, através dos seus sites e de suas redes sociais para disseminar suas ações culturais nos arquivos públicos brasileiros.

6 Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, na fase da coleta de dados, foram encontradas dificuldades devido à falta ou à desatualização de informações no Cadastro Nacional de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (Codearq).

Realizamos visitas aos sites de cada instituição e ligações telefônicas para preencher de forma atualizada o quadro proposto. Os sites desatualizados ou inexistentes e os e-mails, em sua maioria, não respondidos nos fazem questionar acerca da falta de fiscalização do Conselho Nacional de Arquivo

(Conarq) no que diz respeito às informações fornecidas no Codearq e no Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq), este vinculado ao Arquivo Nacional, e no ineficiente papel dos arquivos estudados no processo de comunicação com os seus usuários.

Observamos que os arquivos públicos das capitais nordestinas, em sua maioria, não trabalham com atividades voltadas para ação cultural digital, o que nos permite perceber a necessária importância da temática na formação acadêmica do arquivista, conferindo ênfase sobre o assunto.

Destacamos, ainda, o necessário estudo e implementação dos responsáveis pelos arquivos públicos nordestinos quanto ao uso do software *Access to Memory* (Atom), plataforma de acesso e de difusão/transparência ativa. Trata-se de um “[...] projeto de código aberto, ativo e dinâmico com uma ampla base de usuários” (Conarq, 2021,). Disponível gratuitamente na página oficial do Atom Brasil, diz respeito a “[...] uma ferramenta fundamental para a promoção do acesso a documentos arquivísticos, com destaque para os de caráter público, cumprindo com a promoção da transparência do patrimônio documental brasileiro” (Atom, 2021). Acrescentamos a inclusão dos Dados Abertos Interligados (*Linked Open Data* - LOD) nas descrições nos arquivos, permitindo a visualização dos documentos durante à navegação na Internet com uso de ferramentas associadas à websemântica (Souza; Flores, 2020).

Acreditamos que se encontram tímidos os estudos acerca da ação cultural digital em arquivos (Barros, 2020; Rockembach, 2020), incluindo o diálogo em sala de aula. Asseveramos, com base nesta investigação, a existência de poucos trabalhos na literatura comparado a outras temáticas na Arquivologia, haja vista o levantamento que realizamos e que consta em nossa metodologia, na fundamentação teórica e nas referências. É preciso também, um planejamento das atividades do arquivo em relação ao tema, elaborando, por exemplo, exposições e publicações virtuais, utilizando seu site ou as redes sociais como forma de atrair e chamar atenção do público com a divulgação dos acervos e seus serviços.

Com todas as dificuldades apresentadas ao longo do estudo, cumprimos o objetivo dessa pesquisa e percebemos que, mesmo sem a obtenção de retorno

por boa parte dos arquivos pesquisados, os quais não responderam o questionário, pudemos acrescentar aos resultados a urgente e necessária atualização dos dados dos arquivos e a implantação de ações culturais digitais.

Respondemos a nossa problemática e identificamos que dezoito arquivos públicos das capitais nordestinas fazem uso de serviços envolvendo ações culturais digitais, sejam na esfera editorial, na difusão cultural e/ou nos serviços educativos. Nesse estudo, ainda, atualizamos tais serviços e produtos frutos da ação cultural digital em arquivos.

Esse estudo pode servir como base para futuros trabalhos acadêmicos acerca do tema abordado, já que notamos que o assunto sobre a ação cultural digital é ainda muito pouco trabalhado, conforme apresentado na investigação realizada *in loco* nos sites dos arquivos públicos das capitais nordestinas brasileiras, quiçá em outras regiões do Brasil se revele essa mesma constatação.

Portanto, é notória a implementação de estratégias que utilizam a tecnologia em instituições arquivísticas com vistas à difusão dos acervos e à promoção do conhecimento, por meio de seus sites, como forma de disseminar ações culturais digitais como ferramenta para garantir a popularização e o acesso ao patrimônio documental dos arquivos e a relevância de tais serviços (Madruga, 2018). Assim, é fundamental desenvolver políticas de ação cultural na prática arquivística, principalmente após o período pós-pandemia, com a inserção cada vez maior das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e da internet.

Referências

ABREU, Camila Tenório. **Tornar público o que é público**: uma abordagem sobre difusão cultural em arquivos permanentes. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ARAÚJO, Janailma Souza. **Difusão cultural em arquivos**: o caso do website do arquivo público do Estado de São Paulo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2018

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Diretório Brasil de Arquivos - DIBRARQ**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024.

ATOM (Brasil). [**Página oficial do Atom**]. São Paulo: Observatório Documentos Digitais, 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 44-66, 2012.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 68-85, 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivo. *In*: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Lei n. 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 129, n. 6, p. 1, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 148, n. 221-A, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo com fonte de difusão cultural e educativa. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

CARVALHO, Flávia Barros Fernandes; MAIA, Manuela Eugênio; OLIVEIRA, Bernardina M. Juvenal Freire. Difusão cultural no arquivo Afonso Pereira: o teatro de estudante da Paraíba e sua construção expográfica. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 73-90, 2017.

CARVALHO, Stephany Christine Marins da Silva. **Difusão na web: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2021.

COITINHO, Angélica do Carmo. **Ações de difusão do acervo arquivístico do Arquivo Nacional do Brasil**. 2018. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Escola de Arquivologia, Universidade Federal de Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CONARQ (Brasil). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos** - Codearq. Brasília: Conarq, 2024a.

CONARQ (Brasil). **O Conselho**. Brasília: Conarq, 2024b.

CONARQ (Brasil). **Portal AtoM no Brasil**. Brasília: Conarq, 2021.

MADRUGA, Susana das Graças da Silva. Marketing cultural no arquivo eclesiástico: história e memória no tempo presente. **Revista Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, 2018.

MAIA, Manuela Eugênio *et al.* Socialização em rede: adaptação e superação acadêmicas em meio à crise sanitária do século XXI. *In:* SILVA, Maria do Socorro Barbosa *et al.* (org.) **Experiências de extensão na pandemia**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MAIA, Manuela Eugênio *et al.* Perspectiva discente sobre as aulas remotas no curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba: retrato da realidade pedagógica da pandemia. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, n. 7, v. 3, p. 194-230, 2021.

PORTELLA, Viviane Portella. **Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal Santa Maria, Santa Maria, 2012.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Revista Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015.

ROCKEMBACH, Moisés. Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 102-115, 2020.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **Revista Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.

SILVA, Isadora Rolim. **Difusão cultural em unidades de informação: revisão sistemática da literatura**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Isadora Rolim; PINHO, Assis Pinho; QUEIROZ, Anna Carla Silva. Compreensões em torno da difusão cultural. **Logeion: Filosofia da**

Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-127, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9n1.p112-127> . Acesso em: 10 fev. 2024.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Margens**, Abaetetuba, v. 1, n. 1, p. 11-16, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v1i1.2831> . Acesso em: 10 fev. 2024.

SOUZA, Marcos Vinícius Bittencourt; FLORES, Daniel. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 49-67, 2020.

Digital cultural action in the public archives of the capitals of the Northeast region of Brazil

Abstract: Cultural actions in the editorial, educational and cultural dissemination spheres could occur virtually, expanding their scope in terms of their social, educational and cultural role in relation to the archival function. The general objective of this investigation was to analyze digital cultural action services in public archives in the capitals, located in the northeast region of Brazil. The research was exploratory and descriptive in nature with a qualitative approach. Sixty websites of archival institutions located in the nine capitals of the Brazilian Northeast, which are listed in the National Registry of Entities Holding Archival Collections and in the Brazilian Directory of Archives, were analyzed. Data collection was supplemented by a bibliographic survey in the Reference Database of Articles from Journals in Information Science and in GoogleScholar, and a questionnaire applied to the institutions via GoogleForms. From this survey, a table and graphs were generated, which were analyzed based on the reading and interpretation of specialized literature. As a result, it was observed that the archives investigated, for the most part, do not work with activities aimed at digital cultural actions; only eighteen institutions, even after the pandemic. Without a doubt, the internet was an important tool in this period as a form of communication, but archives still focus on organizational and storage activities, depriving them of their cultural and educational nature. It was found that the administration needs to implement strategies regarding the use of technology in archival institutions in favor of the dissemination of collections and the promotion of knowledge, through the websites of archival institutions. It is concluded that digital cultural action can be used as a tool to ensure the popularization and access to the documentary heritage of archives for the relevance of dissemination services. The lack of implementation of these policies in archival practice, even after a post-pandemic period, demonstrates the need for public managers to review their actions, suggesting that the archives studied use the Access to Memory software as an access and dissemination/active transparency platform.

Keywords: digital cultural action; digital cultural diffusion; northeast region; public archive

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Ana Cássia Soares Teixeira

Coleta de dados: Ana Cássia Soares Teixeira

Análise e interpretação de dados: Ana Cássia Soares Teixeira, Manuela Eugênio Maia

Redação: Ana Cássia Soares Teixeira, Manuela Eugênio Maia

Revisão crítica do manuscrito: Manuela Eugênio Maia

Autoria para correspondência

Manuela Eugênio Maia

manuelamaia@gmail.com

Como citar

TEIXEIRA, Ana; MAIA, Manuela. Ação cultural digital nos arquivos públicos das capitais da região Nordeste do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v.31, e-141260, 2025. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.141260> .

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.141260A>

Recebido: 13/07/2024

Aceito: 02/12/2024



¹ Questões aplicadas: (1) Nome da instituição (obrigatória; questão aberta); (2) E-mail institucional (obrigatória; questão aberta); (3) Estado nordestino (obrigatória; questão fechada; estados nordestinos); (4) O arquivo possui redes sociais (obrigatória; questão fechada – sim / não); (5) Se possui redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter), indicar os links de acesso:

(opcional; questão aberta); (6) O arquivo utiliza com que frequência as suas redes sociais (obrigatória; questão mista – nunca / diariamente/ semanalmente / mensalmente / outro [resposta aberta]); (7) O arquivo oferece nenhum serviço de ação cultural digital (obrigatória; questão fechada – sim / não); (8) O arquivo fornece serviços editoriais digitais (publicações) do tipo: (opcional; questão mista [marcar mais de uma] – guias on-line; catálogos on-line; inventários on-line; outros: [resposta aberta]); (9) O arquivo fornece os seguintes serviços de difusão cultural digital do tipo: (opcional; questão mista [marcar mais de uma] – exposições on-line; promoção de concursos on-line; palestras por meio do uso de lives (Instagram) ou de canais de transmissão como YouTube ou Facebook; outros [resposta aberta]); (10) O arquivo fornece os seguintes serviços educativos digitais: (opcional; questão mista [marcar mais de uma] - oficinas remotas; visitas remotas; cursos e atividades congêneres de modo on-line; outros [resposta aberta]); (11) Cite outros serviços de ação cultural digital não identificados acima. Informar (opcional; questão aberta).